

Moreira manda emissário a Sarney para evitar retaliação

ROBERTO LOPES

Enviado especial o Brasília

O governador do Rio, Wellington Moreira Franco, que já se posicionou por um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, está tentando acertar com o Palácio do Planalto, uma forma de convivência com o governo federal. Há cerca de dez dias, um deputado do PFL fluminense (que assinou a emenda pelos cinco anos), amigo do peemedebista Moreira, vem tentando mediar um acordo.

Por esse acerto, o governador fluminense deixaria de defender publicamente os quatro anos; em troca, o governo federal autorizaria o repasse de verbas da União que estão sendo songadas ao governo do Estado do Rio, como forma de retaliação contra Moreira Franco. Mas o acordo não está fácil. No Gabinete Civil da Presidência há muita desconfiança de que Moreira Franco, mesmo recebendo os recursos, continue a articular os quatro anos para Sarney.

O deputado que negocia a pacificação do Palácio do Planalto com o Palácio das Laranjeiras (sede do Executivo fluminense), diz que Moreira poderia sustentar sua nova posição de não mais fazer declarações públicas em defesa de eleições presidenciais para 88, com o argumento de que sua posição sobre esse assunto já ficou suficientemente clara. A posição do governador do Rio sofreu, contudo, um novo e sério desgaste no âmbito da Presidência, depois que, há cerca de 15 dias, um grupo de manifestantes hostilizou a cerimônia de casamento da filha do senador Alvaro Pacheco (PFL-PI), um amigo pessoal de Sarney.

O presidente da República deixou de comparecer ao casamento (e de ser o padrinho da noiva) porque soube das manifestações que estavam sendo preparadas contra ele no Rio. Apesar de toda a previsão, a Polícia Militar fluminense não empregou qualquer esquema reforçado de policiamento. Sarney já comentou com alguns amigos que Moreira

Franco foi inteiramente omissivo no episódio. Foi Pacheco quem, há pouco mais de dois anos, fez a aproximação de Moreira com o presidente, quando o primeiro queria conseguir a indicação do PMDB para candidatar-se ao governo do Rio. O governador, no entanto, sequer compareceu ao casamento da filha do senador.

Sete a sete

Alguns peemedebistas fluminenses ouvidos ontem pela Folha dizem que essa tentativa de conciliação pode explicar o fato de Moreira não estar "trabalhando" os votos dos sete deputados do PMDB do Rio que assinaram a emenda lensen, que fixa em cinco anos o mandato do atual presidente da República. As mesmas fontes acreditam que, desse grupo, pelo menos dois —os deputados Flávio Palmier e Messias Soares— poderiam mudar dos cinco para os quatro anos, em atenção a um pedido do governador.

Os outros cinco são Daso Coimbra

—um dos coordenadores do Centraão—, Jorge Leite —que lutou pela aprovação dos cinco anos já na Comissão de Sistematização (onde foi derrotado)—, Aloisio Teixeira —que é filho do desembargador Aloisio Teixeira, diretor de administração da Caixa Econômica Federal—, Gustavo Farias —que participou de pelo menos duas nomeações importantes no Iapas do Rio de Janeiro (a de seu superintendente e a do chefe de fiscalização do órgão)—, e Denisar Arneiro —que tem interesses no setor de transporte rodoviário do Estado do Rio.

O PMDB fluminense tem 13 deputados e um senador (Nelson Carneiro). Dos sete constituintes que defendem quatro anos, apenas a deputada Ana Maria Rattes tem uma ligação mais próxima com o governador. Moreira Franco mantém um bom relacionamento com Daso Coimbra, Jorge Leite, Aloisio Teixeira e Denisar Arneiro, mas não comanda os seus votos no plenário da Constituinte.

Mudança encarece o projeto, diz governador

Do Sucursal do Rio

A reabertura pelo governo federal das discussões em torno da localização do pólo petroquímico a ser construído no Rio de Janeiro se constituiu no primeiro gesto de retaliação do Palácio do Planalto contra o governador Moreira Franco, favorável à redução para quatro anos do mandato do presidente José Sarney. Ao reabrir a discussão, através do ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, e do secretário particular de Sarney, Jorge Murad, é manifestar a preferência

pela construção do pólo no nordeste do Estado —o chamado "norte fluminense"—, o governo federal evita prejudicar diretamente a população do Estado (que continuará com a promessa do pólo) e, ao mesmo tempo, desautoriza a decisão de Moreira de instalar o projeto em Itaguaí, no sudoeste do Estado.

"Aqui em Brasília, a decisão do governo de rever a localização do pólo já é encarada como uma retaliação", afirmou, às 19h20 de ontem, pelo telefone, o deputado federal Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ),

favorável à construção do pólo no nordeste do Estado e que, antontem, acompanhou o prefeito de Campos (maior cidade da região), José Carlos Barbosa, nas audiências que este teve com José Hugo e com Murad. Sem a companhia de Coelho, Barbosa esteve ainda com Sarney.

Moreira Franco reafirmou ontem que a decisão de construir o pólo em Itaguaí foi baseada em critérios técnicos —segundo ele, os custos de implantações do pólo nesta cidade seriam de US\$ 341 milhões; no norte fluminense estes custos subiriam

para quase o dobro. Moreira evitou falar em retaliação, mas demonstrou estar preocupado com a construção do pólo na região de Campos. "Se o governo federal entender que Campos é melhor, caberá a ele a responsabilidade pela sua construção", afirmou Moreira. Ronaldo César Coelho não questionou os cálculos do governo estadual, mas afirmou que o Palácio do Planalto se reserva a dar uma solução política para o caso e não uma meramente técnica. "Se o pólo for para o norte fluminense, o presidente será aclamado por um milhão de pessoas", disse.